

Eixo Temático ET-08-008 - Outros

CONSIDERAÇÕES SOBRE ECONOMIA E EDUCAÇÃO

Virgínia Maria Magliano de Moraes¹, Hélder Formiga Fernandes²

¹Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. Departamento de Fundamentação da Educação. *Campus I. João Pessoa-PB, Brazil (CEP 58051-900).*

²Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. *Campus I. João Pessoa-PB, Brazil (CEP 58051-900).*

Para compreendermos as medidas governamentais tomadas no setor educacional, não basta inserir as informações empíricas de determinado período. Torna-se necessário vê-las no contexto mais amplo da sociedade brasileira, o que pressupõe uma retrospectiva das condições históricas da nossa sociedade, as quais a educação está estreitamente ligada.

O modelo capitalista que tem sido imposto aos brasileiros produziu graves reflexos na qualidade de vida do povo em suas mais diversas dimensões.

No Brasil, a concentração de riqueza tem diminuído, mas até recentemente 60% da população economicamente ativa ganhava no máximo até dois salários mínimos e cerca de somente 5% ganhava acima de dez salários.

Apesar de estar entre as dez maiores economias do ocidente, ser a 8ª economia do mundo e está entre os países que mais têm recursos naturais, o Brasil paga um salário mínimo que está abaixo de muitas nações pobres de terceiro mundo.

Aproximadamente 10% de ricos controlam 57% da renda pessoal do Brasil. Aproximadamente 10% de proprietários rurais detêm 70% de todas as terras agrícolas disponíveis.

Esta concentração de renda repercute em todas as dimensões da vida dos brasileiros que, na sua maioria, vive marginalizado, ou seja, não participa dos benefícios econômicos, políticos e culturais do país, sofre as dificuldades aguda da miséria social, que se traduz na desnutrição generalizada, nos salários aviltantes, nos obstáculos à educação democrática, na ausência de mínimas condições de vida.

Como, em meio a tanta riqueza, a minoria falar mais alto? Os números respondem com abundância: de 1940 a 1970, ficamos mais ricos 7% ao ano¹.

Para agravar a situação o Brasil ainda luta, como outros países do terceiro mundo, contra a armadilha de dominação por parte dos países ricos do primeiro mundo, que para resguardar seus próprios interesses, querem forçar os países pobres a abrirem mão das tarifas alfandegárias, anteriormente existentes, para haver, em troca, um comércio mais livre e uma integração internacional maior.

A primeira vista, essa idéia é interessante para o Brasil e outros países pobres. No entanto, será uma forma de protecionismo e de dominação sobre estes países. O Brasil com pouca tecnologia, escassez de capital, lutando para melhorar sua competitividade, abrindo as portas aos interesses estrangeiros e abrindo mão das tarifas alfandegárias, não terá outra opção senão continuar dependente e pobre.

Com a crescente internacionalização da economia, a tendência é a formação de uma nova divisão do mundo, um reagrupamento dos países em torno do trinômio: matéria-prima, tecnologia e competência.

Há também a armadilha da dívida externa que, mesmo renegociada, é apresentada como principal fator responsável pelas dificuldades que o país atravessa.

Dentro das condições acima colocadas, encontra-se inserida também a questão educacional que está estreitamente vinculada às condições econômicas e políticas.

Em educação o Brasil ocupa o 74º lugar, abaixo do Paraguai, e da Argentina que têm nível educacional 7 vezes maior do que o Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A educação pública no Brasil encontra-se num processo gradativo de decadência. Na Constituição Brasileira o direito à educação básica pública, gratuita e obrigatória, se mantém. Contudo, segundo dados estatísticos oficiais do final da década de 90, 33% das crianças entre 7 e 14 anos (idade de escolaridade obrigatória) estão fora da escola. Dos que freqüentam, 27,6% estão fora da faixa etária de escolaridade obrigatória. Isso significa que mais de 60% dessas crianças não têm acesso ao ensino fundamental, previsto pela lei. Por outro lado, daqueles que têm acesso à escola, a maioria fracassa logo nas primeiras séries. Segundo pesquisa do IBGE do ano de 2008, mesmo na escola, 76% dos alunos no Estado da Paraíba são analfabetos, e ainda possui a 5ª pior taxa de freqüência escolar do país, apesar de ter 96,5% das suas crianças matriculadas que para especialistas e consultores da área, não basta garantir o acesso à escola, mas assegurar o aprendizado. Além disso, é grande o número de crianças que chegam ao 5º ano sem saber ler e escrever. Segundo a pesquisa, a taxa de aprovação média na Paraíba para este ano (Prova Brasil e Saeb) é a 4ª pior do país. O estudo mostra ainda que os piores indicadores educacionais e sociais estão no Nordeste. Esses fatos estão associados ao nível de exploração que sofrem os trabalhadores no Brasil.

Entre os que conseguem trabalho, as condições de vida variam da miséria (01 salário mínimo) à penúria (até 02 salários mínimos).

Diante deste quadro, não podemos compreender que no Brasil a escola seja verdadeiramente democrática.

As análises realizadas indicam que dois motivos levam o aluno a não ir à escola:

Em primeiro lugar, a pobreza impede o aluno de freqüentar a escola; ele precisa ganhar dinheiro muito cedo para ajudar na sobrevivência da família;

Em segundo lugar, a escola não lhe parece muito atraente uma vez que o retorno não acontece de forma imediata, tanto o aluno, como a sua família, não realizam, muitas vezes, todos os esforços para a procura da escola.

Em sendo assim, mesmo que o estudante vá à escola, esta de quase nada lhe adiantará.

Vê-se, portanto, na luta pela democratização da escola, muitos obstáculos a serem superados. Há uma luta para que aqueles que vão à escola, possam freqüentá-la. Há também uma luta para fazer com que aqueles que estão na escola vejam a mesma como algo atraente e que nela permaneçam.

A escola, mesmo numa sociedade não-democrática, é, apesar de tudo, um dos meios de democratização desta mesma sociedade não se podendo nem devendo negligenciá-la, porque a escola oferece ao aluno informações, passíveis geradoras de conhecimento e transformação, despertando no mesmo a capacidade de um indivíduo reflexivo, crítico e questionador.